

A ambição climática não se improvisa

Meta apresentada pelo Brasil em cúpula trai posições do próprio país e ignora ação global contemporânea

Izabella Teixeira e Gilberto Câmara

11/12/2020, O Globo

O Brasil tem uma trajetória política, diplomática e científica na jornada climática internacional que sempre lhe conferiu uma posição afirmativa de liderança e credibilidade. Por essa razão, foi com surpresa e consternação que recebemos a notícia de exclusão do país da Cúpula sobre Ambição Climática, que se realiza neste sábado, por ocasião do aniversário de cinco anos do Acordo de Paris. Porém, como formuladores do compromisso original do Brasil apresentado, em 2015, no âmbito do processo de negociação do acordo do clima, a decisão de exclusão tomada pelos organizadores nos parece justa.

O imperativo moral e ético de corresponsabilidade rege o desafio global de enfrentamento às mudanças climáticas provocadas pela ação antropogênica. O início da implementação do Acordo de Paris é marcado pela necessidade de ampliação da ambição de todos os seus signatários. Os alertas da ciência são cada vez mais categóricos quanto à urgência do presente. É preciso fazer mais e de forma mais acelerada. Por essa razão, o secretário-geral da ONU vem empreendendo uma “cruzada” de mobilização, engajamento e promoção de novos compromissos de corte de emissões de gases de efeito estufa.

Esse novo contexto mobiliza a agenda climática global em duas direções: a atualização dos planos climáticos nacionais (as contribuições nacionalmente determinadas, NDC), apresentados em 2015, e a construção da trajetória de neutralização de emissões, novo padrão orientador da discussão de clima no mundo.

Nesta semana, ao apresentar a atualização do seu compromisso no âmbito do Acordo de Paris, o governo brasileiro derrapou e saiu da pista nos dois contextos. O que no primeiro momento sugeria um avanço importante do Brasil, de adesão à agenda de neutralização de emissões e de aumento de ambição, revelou-se um desapontamento e um retrocesso sem precedentes na nossa tradição política no tema. A comunidade internacional se sentiu enganada e traída quanto a princípios que o próprio Brasil consagrou no seu texto original.

Em setembro de 2015, o Brasil apresentou ao mundo o que então era a meta mais ambiciosa anunciada por um país em desenvolvimento: uma redução absoluta de 37% nas nossas emissões de gases de efeito estufa, em 2025, em relação a 2005, uma meta indicativa de 43% de redução para 2030, além de uma série de políticas e medidas que ajudariam o país a cumprir os seus compromissos.

A NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) do Brasil foi resultado de meses de consultas exaustivas pelo Ministério do Meio Ambiente, que esteve à frente do processo. O processo envolveu dezenas de atores do setor privado, da sociedade civil e da academia. Participaram ex-presidentes brasileiros e líderes políticos internacionais. No Congresso brasileiro, aliados e adversários do governo foram ouvidos. Usamos modelos computacionais sofisticados com diversos cenários de uso da terra para nos dar a segurança de que o cumprimento do Código Florestal brasileiro seria o esteio das reduções de emissão propostas. Esses estudos foram publicados em revista científica de alto impacto, após revisão

detalhada por cientistas internacionais. Apresentamos no anexo da NDC um cardápio de políticas públicas que, se implementadas, nos ajudariam a chegar lá.

Em dezembro de 2020, como era requerido pelo Acordo de Paris, o governo brasileiro atualizou sua NDC, confirmando para 2030 a meta indicativa de 43% que nós formulamos. A melhor homenagem que se poderia fazer ao nosso trabalho de cinco anos atrás seria usá-lo apenas como base para construir um plano mais ambicioso. Afinal, as premissas mudaram. Nestes cinco anos, as tecnologias de energia renovável ficaram exponencialmente mais baratas, o conhecimento sobre manejo de solos agrícolas aumentou e a agricultura de baixo carbono se expandiu.

Também a ciência do clima avançou, com dados ainda mais alarmantes publicados em 2018 e 2019 pelo IPCC, o painel científico da ONU, a exigir dos países o aumento urgente de ambição que coloque as NDCs de todos os países em linha com o objetivo de estabilizar o aquecimento global em 1,5oC. A sociedade ao redor do mundo foi para as ruas exigindo mais ambição e efetividade nas ações de mitigação e de adaptação. E todos nós passamos a vivenciar com mais frequência os eventos de extremos climáticos. O que o governo brasileiro apresentou como submissão nacional nesta semana vai na direção contrária do mundo, da nossa tradição político-diplomática e da nossa excelência científica em mudança do clima. Sem transparência e sem a participação da ciência e dos especialistas brasileiros no tema, a atualização da nossa NDC tem cara e cheiro de improviso. E com ambição climática não se improvisa.

O estatístico americano Edwards Deming dizia que “em Deus nós confiamos; todos os outros devem trazer dados”. O governo brasileiro não apresentou um dado sequer que embasasse a atualização da NDC. Desconhece-se a existência de exercícios de modelagem, de memórias de cálculo ou de projeções de orçamento de carbono que nos informem a trajetória das emissões do país para 2060. Tampouco são evidenciadas ou indicadas possíveis estratégias ou políticas públicas orientadoras da consecução dos compromissos propostos.

Não houve sequer a preocupação de cotejar a meta com os novos inventários de gases de efeito estufa do Brasil, que aumentaram a linha de base das emissões. Como resultado, o país chegará a 2030 aumentando suas emissões em vez de reduzi-las, num caso único no mundo de atualização de NDC no sentido de menor ambição. Isso não é apenas uma violação dos princípios do Acordo de Paris, que proíbe expressamente retrocesso nas NDCs. É também uma traição à diplomacia brasileira.

Foram nossos negociadores que, em 2014, na Conferência de Lima, criaram o conceito de “círculos concêntricos” de ambição. Ele abarca os compromissos de progressividade e de não retrocesso das trajetórias nacionais de mitigação. Em Paris, esse princípio ficou consagrado no artigo 3º do Acordo, segundo o qual “os esforços de cada país devem representar uma progressão ao longo do tempo”. O Brasil não somente regride em seu esforço com a atualização da meta, como é o país que quebra a regra que ele mesmo negociou.

Caso tivesse feito um processo democrático, participativo e cientificamente embasado de construção da NDC, o governo saberia que o país poderia oferecer muito mais à população brasileira e ao mundo. Na véspera da divulgação da meta, a sociedade civil brasileira apresentou uma proposta de corte de emissões líquidas de 81% em relação a 2005, que aproveita o grande potencial do Brasil de ser um “ralo” de carbono, especialmente com a redução do desmatamento e a recuperação de florestas e solos agrícolas.

Há um realinhamento político mundial em torno do “net zero”, que por sua vez produzirá uma transformação sem precedentes na economia global. Estados Unidos, China e União Europeia começarão, a partir da posse de Joe Biden, uma corrida rumo à descarbonização que ditará os rumos das relações internacionais, do desenvolvimento e da geração de riqueza. O Brasil teve tudo para ser um jogador importante nesse tabuleiro e entrar em campo no começo do jogo. Mas o governo atual comete o erro estratégico de abrir mão disso e promove um novo 7x1 de derrota para o Brasil. Nos próximos anos, poderemos perder muito mais do que um assento à mesa dos adultos nas cúpulas globais.

Izabella Teixeira é copresidente do Painel Internacional de Recursos Naturais do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e foi ministra do Meio Ambiente e chefe da delegação brasileira na Conferência do Clima de Paris em 2015, Gilberto Câmara é diretor do Secretariado do Group on Earth Observations e foi diretor do Inpe

Esse artigo foi publicado originalmente em: <https://oglobo-globo-com.cdn.ampproject.org/c/s/oglobo.globo.com/opiniao/ambicao-climatica-nao-se-improvisa-1-24793064?versao=amp>